NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 08/02/2013 Edição Nº756

CNTV CONVOCA NOVA PLENARIA NACIONAL E DEVE MARCAR NOVA GREVE NACIONAL

A CNTV estará convocando a partir de hoje uma 2ª. Plenária Nacional para o dia 1º de março em São Paulo, quando deve definir por uma outra greve nacional.

Todos os Sindicatos e Federações estão sendo convidados e farão um balanço das paralisações do dia 1º de fevereiro, bem como das greves que se seguiram. Farão uma analise das negociações locais e nacionais, bem como do tema regulamentação da lei pelo Ministério do Trabalho.

As entidades sindicais definirão, por certo, por nova paralisação nacional e outras formas de pressionar o patronato pelo cumprimento da lei 12.740 (lei Fernando Maia).

Para José Boaventura Presidente da Confederação e do Sindicato dos Vigilantes da Bahia "a jornada de paralisação do dia 1º de fevereiro e as greves que se seguiram em diversos estados (Paraná, São Paulo –Carro Forte, Mato Grosso do Sul, Minas, Espirito Santo, entre outras) mostraram uma unidade incomum da categoria, o recado claro ao patronato para que não trate os vigilantes como bobos e não debochem de uma conquista que valoriza a sua profissão e traz melhoria para o seu salário. No país inteiro, independente da vontade (ou falta dela) de algumas lideranças, a categoria sabe muito bem o que quer e a continuidade da intransigência patronal levará a novas paralisações".

A primeira Plenária Nacional foi realizada em Belo Horizonte e deliberou pela paralisação dos vigilantes no dia primeiro de fevereiro.

Com a mobilização os vigilantes de Brasília, Roraima, Santa Catarina e Tocantins já arrancou o pagamento dos 30%. Quem luta conquista.

Brasília, 07 de fevereiro de 2013.

Of. Circular Nº 003/2013

Aos
Sindicatos e Federações de Vigilantes e Trabalhadores da Segurança Privada
Att. Senhor Presidente

Assunto: II PLENÁRIA NACIONAL/LUTA PELO CUMPRIMENTO DA LEI 12.740/ ENCAMINHAMENTOS.

Prezados Companheiros,

Dando seguimento à vitoriosa jornada de lutas pelo cumprimento da lei 12.740/2012 (lei Fernando Maia) / periculosidade - risco de vida dos Vigilantes, convidamos a todos os Sindicatos e Federações a se fazerem presentes a II Plenária Nacional, a ser realizada no próximo dia 1º de março, do ano em curso, na cidade de São Paulo (endereço, horário e programação serão comunicados em breve).

O evento objetiva:

a) Troca de informações sobre as paralisações e protestos ocorridas no dia 01 de fevereiro e nas datas posteriores encaminhadas por cada uma das nossas entidades;

b) Avaliação das negociações locais, nacionais e demais tratativas junto as empresas e entidades patronais, o Ministério do Trabalho, Ministério Publico do Trabalho;

c) Continuidade da luta pelo cumprimento da lei, com a discussão de propostas de outra jornada de greve nacional e outras formas de luta.

Assim, parabenizando a todos e todas pela liderança nestas lutas e conquistas, ressaltamos a importância da sua presença e contribuição, extensiva, inclusive, ao jurídico da sua entidade.

Pedimos ainda para aguardar a confirmação do local, que priorizará a região central de São Paulo, aguardando desde já a sua confirmação junto a Secretaria da Confederação.

Cordialmente,

José Boaventura Santos
Presidente

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS
FUNDAÇÃO: 22/11/1992

FILIADA À CUT e DIEESE
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - LOJA 09-12
CEP: 70300-000 - BRASÍLIA-DF
TEL/FAX: (0xx61) 3321-6143 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423
Site: www.vigilantecntv.org.br / E-mail: cntv@vigilantecntv.org.br / cntv@terra.com.br

Vigilantes paralisam agências no país pelo adicional de risco de vida de 30%

(Nota publicada no dia primeiro, pela Contraf-CUT)

Inúmeras agências não abriram nesta sexta-feira (1º) em razão da paralisação nacional de 24 horas dos vigilantes, que ocorreu em vários estados do país. Os trabalhadores pressionaram as empresas de segurança para que todas cumpram imediatamente a Lei nº 12.740/2012, sancionada no último dia 10 de dezembro pela presidenta Dilma, que garante o pagamento do adicional de risco de vida de 30% para todos os vigilantes patrimoniais.

Houve paralisações em cidades como Curitiba, Salvador, Teresina, Recife, Campo Grande, Manaus, Natal, São Luiz, Vitória, Florianópolis, Campinas (SP), Londrina (PR), São Bernardo do Campo (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio Claro (SP), Sorocaba (SP), Petrópolis (RJ) e Niterói (RJ), bem como em determinadas regiões de São Paulo e Porto Alegre, segundo levantamento preliminar da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Em alguns estados e cidades, os vigilantes entraram em greve por tempo indeterminado, como Paraná e Santa Catarina, uma vez que se encontram em campanha salarial e as negociações com os empresários não avançam. Noutros estados, os trabalhadores deflagram greve a partir da próxima semana, como Minas Gerais.

Rompendo barreiras

"O movimento superou as expectativas", avalia José Boaventura, presidente da CNTV. "Os vigilantes mostraram organização, força e capacidade de luta, aumentando a pressão sobre as empresas para conquistar o pagamento imediato do adicional de risco de vida de 30%", destaca.

Com a paralisação já abrimos negociações com os patrões em vários estados, como Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e Tocantins", ressalta Boaventura. "Já arrancamos inclusive propostas que estão em discussão", salienta.

Até agora, sindicatos de vigilantes do Distrito Federal e Roraima já possuem acordos coletivos assinados com os empresários, garantindo o pagamento do adicional de 30%.

Boaventura agradeceu o apoio da Contraf-CUT, sindicatos e federações de bancários em todo país. "Foi importante o apoio e a solidariedade dos bancários para a mobilização dos vigilantes e isso aumentou ainda mais a parceria que temos em defesa da segurança e da proteção da vida das pessoas", enfatiza.

Denúncias

A Contraf-CUT recebeu várias denúncias de sindicatos de que agências, mesmo sem vigilantes ou com número insuficiente, abriram suas portas para atendimento de clientes, o que contraria a lei federal nº 7.102/83 e fragiliza a segurança dos bancários.

Em São Bernardo do Campo, por exemplo, o Santander chegou a orientar bancários a acionar a porta giratória, o que é totalmente irregular. Em Juiz de Fora, a Caixa Econômica Federal e o Santander abriram agências com número insuficiente de vigilantes e o Mercantil do Brasil funcionou sem vigilantes, conforme as denúncias.

As entidades sindicais protocolaram ofícios na Polícia Federal, solicitando a fiscalização dos estabelecimentos que estavam descumprindo a legislação e aumentando o risco dos bancários.

Recado

"Com essa postura inaceitável, os bancos reforçam o conceito de que tratam mesmo com descaso a segurança e não colocam em primeiro lugar a proteção da vida das pessoas", critica Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

"Esperamos que as empresas de segurança tenham entendido o recado da mobilização dos vigilantes e negociem com os sindicatos o pagamento imediato do adicional de 30%, já garantido em lei, valorizando essa categoria que trabalha em atividade de risco e é fundamental para a segurança de bancários e clientes", conclui Ademir.

Fonte: Contraf-CUT com CNTV

Sindicato suspende greve até o dia 22/2 a pedido do Ministério do Trabalho

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais comunica que a greve iniciada no dia 4 está suspensa temporariamente a pedido do Ministério do Trabalho. Na tarde da última segunda-feira, a diretoria do Sindicato se reuniu com representantes da entidade patronal, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), em Belo Horizonte.

Na reunião, o Sindicato reafirmou as reivindicações da categoria que provocaram a greve, tais como o pagamento do adicional de periculosidade de 30% e reajuste salarial com ganho real, entre outros. Após intenso debate entre as partes, foi agendada uma nova reunião entre o Sindicato e os patrões para o dia 22 deste mês.

Segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Romualdo Alves Ribeiro, o Sindicato não está desistindo da greve. "Em respeito ao Ministério do Trabalho, decidimos dar uma trégua para que a proposta da SRTE seja analisada, tanto pelo Sindicato quanto pelos patrões. Não havendo concordância até a próxima reunião, principalmente por parte dos patrões, a greve poderá ser retomada a qualquer momento", afirmou.

Mesmo com a suspensão da greve, o Sindicato orienta aos trabalhadores para que se mantenham mobilizados. "Com a greve, os vigilantes demonstraram aos patrões sua insatisfação e que não estão para brincadeira. Essa pressão da categoria fez com que o sindicato patronal sentasse à mesa para ouvir a proposta formulada pela SRTE e aceitasse levá-la para ser apreciada em assembleia pelos patrões", ressaltou Romualdo.

A greve de segunda-feira foi um sucesso. Em todo o Estado, dezenas de agências bancárias permaneceram fechadas durante todo o dia por falta de vigilantes. Além de Belo Horizonte, o movimento se espalhou por cidades de todas as regiões de Minas, como Sete Lagoas, Juiz de Fora, Ipatinga, Pouso Alegre e Carmo do Rio Claro. Na capital, os vigilantes promoveram manifestações em 15 bancos da área central. Em todas as agências visitadas, houve adesão de vigilantes à paralisação.

Proposta da SRTE

Após três horas de negociação, a SRTE apresentou a seguinte proposta para fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2013: correção salarial de 6,20%, retroativa a 1º de janeiro de 2013, com pagamento do salário de março de 2013, devidamente reajustado, e das diferenças decorrentes da aplicação retroativa do índice aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, em duas parcelas iguais, juntamente com os salários de abril e maio, respectivamente, até o 5º dia útil dos meses de maio e junho de 2013; ou de uma única vez, juntamente com os salários de abril, até o 5º dia útil de maio de 2013.

A SRTE também propôs o reajuste do tíquete refeição, cesta básica e plano de saúde em 6,20%; pagamento do adicional de periculosidade de 30% em substituição ao adicional do risco de vida, retroativamente a 1º de fevereiro de 2013, com pagamento do salário já acrescido do adicional de periculosidade a partir de março de 2013, até o 5º dia útil de abril de 2013, e quitação do adicional de periculosidade do mês de fevereiro de 2013, em três parcelas iguais, juntamente com os salários de abril, maio e junho, respectivamente, até o 5º dia útil dos meses de maio, junho e julho de 2013.

Além disso, a SRTE propôs a renovação das demais cláusulas e condições da CCT de 2012, com exceção da que trata do adicional do risco de vida a partir de 1º fevereiro de 2013, em conformidade com a proposta citada.

Por fim, o Ministério do Trabalho acrescentou que os trabalhadores que participaram do movimento nos dias 1º e 4 de fevereiro não sofrerão desconto salarial decorrente da ausência ao trabalho e terão garantia de emprego ou salário por 90 dias, ressalvadas as situações de pedido de demissão, dispensa por justa causa, término normal do contrato de experiência e rescisão do contrato de prestação de serviços.

Paralisações nos Estados

No dia 1º de fevereiro, vigilantes de todo o Brasil participaram das manifestações realizadas nos Estados pelo pagamento imediato do adicional de periculosidade de 30%. O resultado das manifestações foi positivo. Em alguns Estados, os patrões assumiram o compromisso de atender à reivindicação dos trabalhadores até o próximo mês de março. Caso a patronal não cumpra com o compromisso, o movimento será retomado, com greve por tempo indeterminado.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Mina Gerais
Por Eliezer Dias.

Vigilantes encerram protestos com ato público na Cidade Alta

Os vigilantes encerraram na tarde desta sexta-feira (01) após o expediente bancário os protestos contra as empresas que não vêm pagando os 30% do salário referente ao risco de vida, conforme a lei federal 12.740, sancionada em 10 de dezembro do ano passado pela presidente Dilma Rousseff. Cerca de 30 vigilantes participaram do ato público promovido pelo Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do Rio Grande do Norte (Sindsegur).

Protesto de vigilantes impede atendimento em agências bancárias

A movimentação aconteceu em frente ao Banco do Brasil da avenida Rio Branco, Cidade Alta. Durante a ocasião, o presidente do Sindsegur, Francisco Benedito da Silva se pronunciou da necessidade da lei ser colocada em prática pelas empresas, alertando os vigilantes presentes sobre o caso. "Queria agradecer aos companheiros que compareceram e aderiram a essa paralisação nacional. As empresas não deram nenhuma resposta sobre a nossa reivindicação, mas certamente estão pensando por causa do prejuízo que tiveram hoje sem as transações bancárias", disse. O presidente do Sindsegur disse ainda que o sindicato nacional está articulando uma greve ainda sem data definida se a situação não for resolvida. A partir da próxima segunda-feira (04), os vigilantes voltarão ao trabalho normal.

Integrantes do Sindicato dos Bancários estiveram presentes na manifestação dos seguranças

Quem apoiou os protestos dos vigilantes, foi o Sindicato dos Bancários. Segundo a coordenadora da entidade, Marta Turra, a associação com os vigilantes tem ligação. "Temos tudo a ver. Primeiro porque somos trabalhadores. Segundo que sem vigilância, os bancários e toda a população que frequenta os bancos não ficam seguros. Ou seja, o apoio é feito por impactar diretamente o trabalho dos bancários", disse.

Segundo o diretor do Procon no Rio Grande do Norte, Araken Farias, o usuário que se sentiu lesado no dia de hoje com o não uso dos serviços que foram paralisados, devem fazer suas ações normalmente a partir de segunda-feira, sem receio de pagamento de juros por conta do atraso forçado. "O banco deve arcar com os prejuízos e receber as boletos de pagamento sem a cobrança de juros por causa do dano causado", disse. O diretor do Procon disse ainda que o banco que ainda resistir na cobrança de juros vai ser notificado pelo órgão ao pagamento de indenização, desde que denunciado pelo lesado no Procon.

São Paulo (SP): Greve por pagamento de PLR na Protege continua

Os trabalhadores em transporte de valores mantiveram hoje (6) a greve iniciada terça (5) na Protege.

A empresa de carros-fortes está com as atividades paralisadas nas garagens de São Paulo, Campinas e Santo André.

Os vigilantes reivindicam a implantação de programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR).

Adesão - Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Valores e Escolta Armada de São Paulo (SindForte), João Passos, a adesão aumentou e os veículos não estão saindo das garagens. “Vamos manter a mobilização até que a empresa se disponha a negociar”, afirma o sindicalista.

Fonte: Agência Sindical

Atenção: O SINDVIG convoca todos os vigilantes para a próxima negociação com os patrões, no dia 26 de janeiro.

Ontem teve a primeira mesa redonda com o sindicato patronal aqui na Paraíba, quando foi oferecido o risco de vida, de 30%ficou marcado outra mesa redonda para o próximo dia 26/02/2013 às 14 horas na superintendência Regional do Trabalho.

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Jupira Correa Estagiário: Tadeu Pinto
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF